

PENSAMIENTO LATINOAMERICANO

Walter Albram

Quando Simón Bolívar, em 1826, dirigiu um aviso a D. Pedro I para que o Brasil se fizesse representar no Congresso de Panamá não se não obteve o atendimento de seu pedido como nem a gentileza de uma resposta. O Libertador se sentiu então que, entre outros, dois grupos das tão distintas como a burguesia portenha e a pequena latifundiária escravocrata do Brasil compunham no mesmo interesse, ou seja, estaciar o ideal bolívariano da unidade latino-americana.

A partir daí a falta de apoio brasileiro pelo resto do continente latino-americano será uma constante. Digamos, se meilhor, o desprezo, que não encontramos a nível popular, vem das classes dirigentes e é fruto de uma postura duplice, ou seja, enorme agressividade da política oficial brasileira em relação aos seus vizinhos que se completa com o posterior desinteresse pelo restante do continente como condicoes contribuidora desta situação.

Fala-se de Estados Latino-americanos, ou de interesse pela realidade latino-americana, mas será, desde então, leituras que são expressas a partir de uma base popular e a nível individual, mas será impedido pelas classes dominantes de adotar esta ação agressiva. O contato, a crítica das classes dominantes, através da ação governamental com outras nações latino-americanas sempre existiu, como por exemplo no caso do Paraguai e com a Bolívia na questão do sal. O que não houve foi a possibilidade de estabelecer críticas sobre esta prática e sobre outros aspectos da realidade latino-americana.

A historiografia oficial, por seu vez, encontrou-se de justificar esta ação, apresentando-a inevitavelmente como reação a uma agressão, ou como uma ação moralizadora contra tiranos cruéis e inimigos. É o caso de Juan Manuel Rosas e Francisco Solano López, por exemplo, cujos países são entidades estrangeiras, adversárias. Nos conflitos do Prata o Brasil foi, segundo esta visão, sempre vítima de agressões, como invação de terra, ou de contrabando de gado, o que o obrigou a agir em represália.

No caso da Guerra do Paraguai o Brasil chegava mesmo a atuar em favor do povo paraguaio no sentido de libertar-lo do jugo do duce López. De interesses ingleses subjugados, que o Brasil estava veladamente representando, jamais aparece na sua plenitude.

Por ocasião da Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos) - 1835/1845 - no estado brasileiro do Uruguai, Rio Grande do Sul, Rosas ofereceu aliança e apoio aos rebeldes republicanos e antitiranicistas convidando-os a integrar o pretendido renascimento do Vice-Reino do Prata. Segundo a historiografia oficial, Dom Caballero, o chefe farroupilha naquele momento, não pôde aceitar responder: "O primeiro conselho é cruzar as espadas nos encanotares unidos às forças imperiais."

— Bem mais recentemente, 1954, João Goulart, ao ser nomeado por Getúlio Vargas ministro do Trabalho, em seu primeiro decreto aumentou 100% o salário mínimo, para compensar a perda do poder aquisitivo sofrida pelos magros trabalhadores no período anterior do General Dutra, fato causou grande celeuma e entre os movimentos praticos das classes dominantes ficou famoso o Manifesto dos Coronéis, assinado por um conjunto de Exército brasileiro. Das assinaturas falta a João Goulart destacando-se uma, por seu caráter humilhante: "agente de Parócn".

Presencia del autor brasileño W. Albram al "Simposio para la coordinación y difusión de los estudios latinoamericanos" celebrado en la UNAM, México, del 26 de noviembre al 1° de diciembre de 1978. (R. de W.)

ESTUDOS LATINO-AMERICANOS NO BRASIL: SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS (*)

Werner Altmann

Quando Simón Bolívar, em 1826, dirigiu um convite a D. Pedro I para que o Brasil se fizesse representar no Congresso de Panamá não só não obteve o atendimento de seu pedido como nem a gentileza de uma resposta. O Libertador pôde sentir então que, entre outros, dois grupos sociais tão dissímeis como a burguesia portenha e a oligarquia latifundiária escravocrata do Brasil convergiam no mesmo interesse, ou seja, esfacelar o sonho bolivariano da unidade latino-americana.

A partir daí a falta de apreço brasileiro pelo restante do continente latino-americano será uma constante. Digamo-lo melhor: o desprezo, que não encontramos a nível popular, vem das classes dominantes e é fruto de uma postura dúplice, ou seja: a enorme agressividade da política oficial brasileira em relação aos seus vizinhos que se complementa com o posterior desinteresse pelo restante do continente como condição encubridora desta ação agressiva.

Falar-se de Estudos Latino-americanos, ou do interesse pela realidade latino-americana no Brasil será, desde então, lembrar que ele é expressivo a partir de uma base popular e a nível individual, mas será impedido pelas classes dominantes para acobertar esta ação agressiva. O contato, a prática das classes dominantes, através da ação governamental com outras nações latino-americanas sempre existiu, como por exemplo no Prata, no Paraguai e com a Bolívia na questão do Acre. O que não houve foi a possibilidade do estudo crítico sobre esta prática e sobre outros aspectos da realidade latino-americana.

A historiografia oficial, por sua vez, encarregou-se de justificar esta ação, apresentando-a invariavelmente como revide a uma agressão, ou como uma ação moralizadora contra tiranos cruéis e inimigos. E o caso de Juan Manuel Rosas e Francisco Solano López, por exemplo, cujos países são entidades estranhas, adversárias. Nos conflitos do Prata o Brasil foi, segundo esta visão, sempre vítima de agressões, como invasão de terra, ou de contrabando de gado, o que o obrigou a agir em represália.

No caso da Guerra do Paraguai o Brasil chegava mesmo a atuar em favor do povo paraguaio no sentido de libertá-lo do jugo do ditador López. Os interesses ingleses subjacentes, que o Brasil invariavelmente representava, jamais aparecem na sua plenitude.

Por ocasião da Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos) —1835/1845— no estado fronteiro ao Uruguai, Rio Grande do Sul, Rosas ofereceu aliança e apoio aos rebeldes republicanos e anti-escravistas convidando-os a integrar o pretendido renascimento do Vice-Reino do Prata. Segundo a historiografia oficial, Davi Canabarro, o chefe farroupilha naquele momento, não titubeou em responder: “—O primeiro castelhano a cruzar as fronteiras nos encontrará unidos às forças imperiais.”

Bem mais recentemente, 1951, João Goulart, ao ser nomeado por Getúlio Vargas ministro do Trabalho, em seu primeiro decreto aumentou 100% o salário mínimo, para compensar a perda do poder aquisitivo sofrida pela massa trabalhadora no período anterior do General Dutra. Isto causou grande celeuma e entre os inúmeros protestos das classes dominantes ficou famoso o Manifesto dos Coronéis, assinado por 60 coronéis do Exército brasileiro. Das acusações feitas a João Goulart destacava-se uma, por seu caráter insólito: “agente de Perón”.

(*) Ponencia del autor brasileño W. Altmann al “Simposium para la coordinación y difusión de los estudios latinoamericanos” celebrado en la UNAM, México, del 26 de noviembre al 1° de diciembre de 1978. (N. de R.)

Em suma, os governantes estrangeiros são tiranos, têm propósitos maquiavélicos de dominação, são moralmente não confiáveis, enfim, uma ameaça à tranqüilidade brasileira. O Brasil, em contraposição, é apresentado como categoria especial. É um "continente" de paz e tranqüilidade (1).

A escravidão foi branda e risonha, afirmativa explicada freqüentemente pelo fato de os senhores de escravos serem católicos! A conquista dos indígenas por parte dos colonizadores portugueses não foi mais que uma confraternização.

Neste contexto, o exame da realidade dos demais países latino-americanos implicaria, através do confronto e da comparação, na desmoralização dessa posição. Daí a necessidade de ignorar os demais países latino-americanos.

A nível das classes dominantes, mais especificamente do governo, há contatos —via de regra unilaterais— esporádicos ou mais intensos, conforme exige o momento. O atual governo, depois de procurar negociar com os sócios menores do Imperialismo (França, Inglaterra, República Federal da Alemanha e Japão) está efetuando também uma política definida em relação à América Latina. Sem falar nos contatos unilaterais com o Paraguai e Bolívia, o presidente Geisel recebeu o presidente Echeverría do México e Carlos Andrés Pérez da Venezuela, bem como viajou ao México e está à testa, agora, do Pacto Amazônico, o que no conjunto, configura uma política de expansão e consolidação da hegemonia brasileira na América Latina.

(1) Esta postura está viva nas palavras do atual e do futuro mandatários brasileiros: "A esses pessimistas, a esses que vêem graves crises, eu, já em outra oportunidade propus que abrissem as janelas e olhassem para o mundo. Creio que não o fizeram, porque, se o tivessem feito, veriam que o quadro mundial, em todos os recantos do universo é bem mais grave que o nosso. Há lutas fratricidas, há guerra. Há crises econômicas, há milhões de desempregados, há conflitos de toda natureza. E aqui, apesar de tudo, gozamos de tanta paz, embora muitos não a queiram. E esta paz continuará. (...) E isso só se consegue brabalhando, mas sobretudo convivendo em ordem..." General Ernesto Geisel, Discurso em Juiz de Fora, in "Jornal da Tarde", São Paulo, 04/11/78, p. 3; "... o Brasil vive numa atmosfera de paz fecunda e promissora de dias ainda melhores. Paz na família, paz política, paz social. Paz nacional, que todos queremos permanente —sem interferências estranhas, ultrapassadas, anacrônicas. Sem alianças de última hora com os inimigos de sempre e do regime democrático. Paz brasileira." General João Batista Figueiredo, in "O Estado de São Paulo", 09/11/78, p. 4.

A política agressiva de expansão realizada em direção ao sul no século XIX corresponde, na atualidade, de acordo com as condições do momento histórico atual, á política de projetar a presença brasileira no norte do continente sul-americano. Esta projeção se realiza em dois momentos: primeiro na integração territorial e fluvial da própria Amazônia brasileira, para num segundo momento permitir o predomínio econômico (comercial, especialmente) e político-militar. A conquista do solo é feita através de um processo claro de fronteira em expansão. Primeiramente o índio é expulso, ou absorvido (2). Via de regra através da concessão de propriedades (pequenas e médias no geral) a pequenos agricultores já repelidos de suas terras no Sul ou em outras partes do país. A estes pequenos agricultores, retirados de seu habitat tradicional, competirá a tarefa de derrubar a mata, de enfrentar o índio (numa guerra de miseráveis) e de abrir caminho para o estabelecimento da grande agroindústria multinacional. Para eles mais adiante haverá novas matas para derrubar e novos índios para enfrentar (3).

Desta forma, as fronteiras interna e externa expandem-se simultaneamente, configurando um quadro lógico dentro do esquema de expansão capitalista. São dois vértices do mesmo esquema de fronteira em expansão que está apoiada nas exportações de manufaturados vários e de implementos militares. As exportações militares se fazem preferencialmente para o Chile, Uruguai e Bolívia.

No tocante à expansão brasileira, o regime militar, no afã de tornar o Brasil uma grande potência (4), estabeleceu uma estratégia própria que passa desde então a ser o referencial da inde-

(2) Pelo atual projeto de emancipação do índio (outubro, 1978) a FUNAI concede uma propriedade de terra ao índio que deseja se emancipar. Liquidá-lo culturalmente e colocá-lo nas mãos dos intermediários e abrir caminho para as grande empresas multinacionais, eis o que eufemisticamente se chama emancipação.

(3) O problema do avanço do latifúndio com o cultivo da soja, especialmente nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul, expulsando os pequenos proprietários policultores está sendo "resolvido" pela deportação de centenas deles para o noroeste do país e à Amazônia.

(4) Segundo os militares brasileiros três são os fatores principais para se verificar o grande poderio das potências: 1) extensão territorial; 2) força econômica; 3) força militar. Vide Ferreira, O.S. —"O Brasil perante os Estados Unidos", "O Estado de São Paulo", 18/12/77, última página.

pendência (ter estratégia militar = independência) e a base do estabelecimento, por parte do Brasil em relação ao restante do continente, do seu "império" como sinônimo de predomínio.

O ex-presidente Castello Branco desenvolveu, à luz da decisão da ONU ordenando o cessar-fogo em Suez, a concepção da "defensiva agressiva". "Não devem passar despercebidas ao Governo e aos altos órgãos militares circunstâncias que facilmente ocorrem no caso de uma guerra sul-americana. Desencadeada a guerra, a Organização dos Estados Americanos começará imediatamente a promover a suspensão das hostilidades. Possivelmente, a luta será suspensa. E, então, as condições de paz provavelmente não serão vantajosas para o beligerante que já cedeu militarmente, mesmo que a justiça da causa esteja do seu lado". (5) Mais adiante prossegue: "Não é possível negligenciar-se a defesa do país, quando este mais alarga as suas conquistas internas e mais procura uma vantajosa posição internacional. Então, a sua concepção de guerra tem que assentar na inviolabilidade de suas fronteiras, terrestres e marítimas, numa defensiva estratégica sem dúvida, mas que admita ofensivas locais e incursões, para melhor ser feita a defesa em terra, no mar e no ar. Defensiva agressiva, nada estática, nada acolhedora de avanço inimigo para, no momento oportuno, por meio de ofensivas táticas profundas, destruir forças armadas inimigas e conquistar regiões." (6) Além disso, em 1964, Castello Branco formulou a doutrina dos "círculos concêntricos" de acordo com a qual nenhum país, seja no mundo ocidental, seja no soviético, conforme suas palavras — e aí está presente o maniqueísmo proveniente da política da Guerra Fria — poderá defender-se sozinho, obrigando-se à defesa associativa (7).

Ainda em 1964 proclamou-se que a América Latina era área prioritária do interesse brasileiro no sentido da manutenção do status-quo territorial — status-quo territorial e "predomínio" são os dois pilares da nova formulação estratégica. Em 1967 admitiu-se que esse empenho colidia com o

dos Estados Unidos, mas, pragmaticamente, afirmava-se que a situação econômica e cambial do Brasil não permitia um rompimento com o Exterior por sua importância como fonte de fornecimento de armamento. Cresceu, em consequência, a concepção do nacionalismo associado com o suprimento militar, que inclusive, deveria ser diversificado, enquanto prosseguiria o fortalecimento da indústria bélica nacional. Nesse sentido, Costa E Silva procurou reequipar as Forças Armadas no mercado europeu: comprou aviões "Mirage" na França apesar das pressões norte-americanas oferecendo os "Fanton". O nacionalismo ligado ao suprimento militar, para o General Orlando Geisel, chefe do Estado-Maior do Exército no governo Costa e Silva, é aquele pertencente não a um "exército viciado e rotineiro na ajuda externa, mas aquele que, embora compreendendo carecer de cooperação, sente estar amadurecido para trilhar os seus próprios caminhos, acompanhando as melhores experiências estrangeiras, mas encontrando soluções autênticas, valendo-se do parque industrial que já erguemos." (8)

Ainda nesse período estabeleceu-se a doutrina da "guerra revolucionária" como resultante da observação do fracasso norte-americano no Vietnã. A impotência do aliado maior significava que num conflito semelhante — guerra revolucionária — no Brasil ou na América Latina, o Brasil deveria valer-se de seus próprios recursos, ou buscar apoio logístico onde fosse mais conveniente. No governo Médici esta doutrina tornou-se conhecida como a "do cerco". Era uma nova visão do mundo ocidental que já não tinha sua grande potência defensora. Esta nova visão reforçou mais a concepção do nacionalismo associado ao suprimento militar externo que não permite, em consequência, um afastamento diplomático-militar dos Estados Unidos. Este momento coincidiu com o período do "milagre econômico" que passava a ser visto em termos de uma nova possibilidade de afirmação do Poder Nacional. Ao mesmo tempo calculava-se que os conflitos e contradições entre as grandes potências industriais poderiam ampliar as possibilidades de manobra do Brasil.

"Nesse contexto, a América Latina não é mais considerada como expressão de 'barbárie', da qual o Brasil deve afastar-se para ser bem visto pelos Estados Unidos ou pela Europa. E, pelo

(5) Santos, F. R. (Organizador) — *Marechal Castello Branco, seu pensamento militar*, Imprensa do Exército, Sociedade Geral do Exército, Rio de Janeiro, 1968, p. 245.

(6) Idem, *ibidem*.

(7) Vide Castello Branco, H.A. — *Discursos, 1964*, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, Departamento de Imprensa Nacional, s.d.

(8) Ferreira, O.S. — "O Brasil . . .", op. cit.

contrário, o espaço sobre o qual se manifesta o interesse nacional em caráter prioritário. Como tal, os países vizinhos devem ou ser neutralizados para que os antagonismos eventuais não venham a prejudicar a manobra futura, ou, melhor hipótese, fazer parte de um mesmo 'império' apto a desafiar as ameaças da guerra revolucionária, eliminada a hipótese de guerra individual." (9)

No actual governo a consciência da relativa fraqueza do aliado maior cresceu, o que implica num reforço do apoio à indústria bélica. Inclusive entre os acordos com a República Federal da Alemanha está o da instalação de uma indústria de armas. O governo brasileiro estabeleceu, portanto, uma estratégia própria e que tem como centro o Acordo Atômico com a República Federal da Alemanha. Segundo ela, procura-se a independência da concepção estratégica norte-americana, tradicional norteadora da concepção estratégica brasileira. Este seria o caminho para tornar o país grande potência mundial e livre da dependência, inclusive, como disse o presidente Geisel em discurso a Carlos Andrés Pérez, implicaria no "direito de cada um à autêntica expressão política mundial, livre de ingerências e livre de imposições." (10)

Em suma, pela afirmação de concepção estratégica própria —sinônimo de libertação da estratégia militar norte-americana— buscase o status de potência internacional, o que implicaria numa crescente afirmação de seu predomínio sobre as demais nações do continente latino-americano.

Esta expansão brasileira, portanto, é um fator impeditivo, desde o ponto de vista das classes dominantes e da cúpula governamental, do exame isento e imparcial da realidade latino-americana. Estudos desta natureza revelariam o caráter real desta expansão, assim como a Guerra do Paraguai (1864/70), estudada dentro dessa ótica, revelaria a crueldade de uma guerra de extermínio. Não é difícil imaginar, para ficarmos apenas neste exemplo, a inconveniência do estudo livre dessa Guerra. Conhecimentos a esse respeito disseminados de forma generalizada pela população estudantil do país, revelariam a atuação brasileira a serviço dos superiores interesses ingleses, a atuação desmanteladora de um projeto nacional de desenvolvimento autônomo que havia logrado, através das

"Estancias de la Patria", a autonomia da produção básica de alimentos e vestimenta, como a carne, arroz, erva-mate e o algodão, bem como, até mesmo uma indústria básica na qual se destacava a siderurgia e os estaleiros navais. Os estudantes ficariam surpreendidos e começariam a soar insólitas as afirmações dos representantes brasileiros, isto é, de uma nação dominada por latifundiários escravocratas e por um imperador com poder ilimitado —embora este seu Poder se chamasse Moderador— de que estavam agindo no sentido de libertar o povo paraguaio do jugo de um tirano. É evidente que os estudantes brasileiros não encontrariam na sociedade paraguaia da época a burguesia e os demais estratos intermediários, aos quais fosse interessante remover o governante do poder e estabelecer um regime democrático. E ao se darem conta de que mais de um terço dos soldados brasileiros, os executores da "ação saneadora democrática", eram negros, isto é, escravos retirados das fazendas monocultoras, se sentiriam diante de um quadro surrealista antecipado.

A partir de então, emergiriam as inconvenientes analogias óbvias com o presente. O exame da realidade latino-americana poderia encaixar como solidários os interesses das massas despossuídas tanto do Brasil como do restante do Continente. O mesmo desprezo devotado ao restante do Continente, quer dizer, às classes despossuídas é também devotado às classes subalternas no Brasil. O povo não aparece na historiografia oficial brasileira. Esta é feita em geral de anedotário político das classes dominantes. O objetivo, desde sempre, tem sido o de destituir as massas populares de qualquer poder de pressão, de pulverizá-las social e politicamente.

A questão subsequente é a de evitar o enlace de interesses das classes subalternas brasileiras com as das demais nações latino-americanas, pois as identidades reforçariam posições. Assim, na historiografia oficial brasileira o povo (as massas trabalhadoras) não deve aparecer, nem o brasileiro, nem o hispano-americano e, neste último caso, quando aparecem elementos das classes dirigentes, eles são, como vimos, tiranos, inimigos.

É por isso que num país tão integrado nos esquemas do pólo hegemônico mundial, com um modelo político e econômico tão discriminador para a grande maioria da população, é com extrema dificuldade que se pode estudar de forma profunda a sua realidade social, como a do continente no qual está inserido.

(9) Idem, *ibidem*.

(10) "Folha de São Paulo", 17/11/1977, p. 8.

A Universidade brasileira está de tal forma esvaziada e descaracterizada pelo regime autocrático que há poucas condições para nela se realizar investigação científica, e não há nada parecido com algo como uma universidade autônoma (11). Num tal contexto onde nem se escreve a História do Brasil —os poucos brasileiros que a escrevem são quase todos de fora do âmbito universitário —é difícil pensar-se em estudos latino-americanos voltados para a realidade de um continente que jamais deixou de ser palco de dominação, exploração e experiências das potências coloniais e imperiais. A própria História do Brasil está sendo escrita na atualidade basicamente pelos “brazilianistas” que se locomovem no território brasileiro, isto é, nos arquivos e repartições públicas com a desenvoltura própria de quem provém da matriz do Sistema.

Aliás, esta atuação dos “brazilianistas” faz parte do que Darcy Ribeiro chamou de “vasto sistema de pesquisas científicas destinadas a conhecer nossa realidade social para nela atuar objetivamente, a fim de perpetuar sua hegemonia e alargar seus mecanismos empresariais de espoliação.” (12)

Nesse sentido, já em 1966 Victor Flores Olea advertia: “Menos evidente que as agressões econômicas, militares e diplomáticas do imperialismo, mas não menos importante, pelos seus efeitos a longo prazo é o esforço de penetração intelectual que os Estados Unidos realizam na América Latina.” (13)

De fato, os estudos mais abrangentes sobre a realidade latino-americana já realizados neste continente o foram por inspiração e exigência dos Estados Unidos. A dependência é de tal nível que a potência imperial determina a próprio momento e necessidade desses estudos.

Os estudos sobre a População na Década de 1960 —depois da Revolução Cubana, portanto— inauguraram de certa maneira este vasto sistema de pesquisas científicas com o propósito da manutenção da dependência. “Nunca o conhecimento

da América Latina foi tão importante para os Estados Unidos . . . O futuro dessas nações latino-americanas, desses povos em rápida expansão, é decisivo para o nosso modo de vida.” (14)

Estes estudos, que alcançaram com o tempo uma abrangência completa sobre o Continente todo, tiveram como base uma pesquisa comparativa de fecundidade (1964), calcada em modelos de pesquisas sobre o tema realizadas nos E.U.A. Não é de se estranhar, portanto, que, como consequência direta, nos dias de hoje a tônica das pressões imperiais sobre a América Latina no que se refere à população se dê sobre o controle da natalidade. E necessário manter o exército industrial de reserva em níveis compatíveis com as atuais relações de produção.

Também nos demais campos de estudos da realidade latino-americana, é nos Estados Unidos que eles se encontram em maior número e com um nível maior de abrangência. Inclui em termos específicos de Estudos Latino-americanos, impressiona a declaração do Dr. Leopoldo Zea, em 1977, quando diz ser o Centro de Estudios Latino-americanos (CELA) da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) o primeiro centro na América Latina, ao passo que nos Estados Unidos há 200 agrupados na LASA (15).

Os centros que no Brasil de alguma forma se dedicam à temática latino-americana são basicamente os seguintes:

Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro. Foi criada em 1964, nos esquemas da Aliança para o Progresso, através de convênio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com a FGV e começou a funcionar em 1965 com curso básico de Administração para o Desenvolvimento (CADE) passando posteriormente a ter cursos sobre fiscalização tributária e alfandegária. Um Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola através de convênio com Ministério da Agricultura é bastante procurado por

(11) A respeito da situação da Universidade no Brasil hoje, vide Ribeiro, D. —“A Universidade para o desenvolvimento”, Revista “VEJA”, *Receita Brasil*, 01/11/78, p. 175-176.

(12) Ribeiro, D. —*O dilema da América Latina*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1978, p. 11.

(13) Olea, V.F. —*Socialismo y política en América Latina*, Editorial Jorge Alvarez, Buenos Aires, 1966, p. 14.

(14) Wagley, C. —“Introduction”, in *Social Science Research on Latin America*, Columbia University Press, New York, 1964, p. 1, citado por Ianni, O. —*Sociologia da Sociologia Latino-americana*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971, p. 8.

(15) *Filosofía y Letras*, Boletín de la Facultad de Filosofía y Letras, UNAM, México, D.F., nº 5, set.-out. 1977, p. 40.

estudantes de vários países da América Latina (em geral bolsistas indicados por diferentes órgãos governamentais). A EIAP dedicase também à elaboração de projetos de administração de empresas públicas e efetua programas de pesquisa, como a da Agricultura brasileira de 1930 aos dias atuais. Destaque-se ainda os projetos de capacitação e assistência técnica que a EIAP desenvolve diretamente em outros países latino-americanos, como os efetuados na Costa Rica, Paraguai e Colômbia.

Centro Interamericano de Comercialização (CICOM). Funciona na FGV no Rio de Janeiro através de convênio com a Organização dos Estados Americanos (OEA). Este centro ministra basicamente cursos de comercialização externa.

Centro Latino-americano de Investigações em Ciências Sociais. Esta instituição criada com a cooperação dos governos da América Latina e sob o patrocínio da UNESCO, foi constituída, junto com a Facultad Latino-americana de Ciencias Sociales (FLACSO), com sede em Santiago do Chile, durante a Segunda Conferência Regional de Ciências Sociais na América Latina (Rio de Janeiro, abril de 1957). O objetivo era o de realizar, em colaboração com as instituições científicas nacionais, regionais e internacionais, públicas ou privadas, o estudo dos problemas próprios da região latino-americana. A Conferência dos Delegados Governamentais —abril de 1957— reunida na Universidade do Brasil, escolheu o Rio de Janeiro como sede da instituição. O governo brasileiro da época reconheceu-a oficialmente. Sem embargo, hoje está relativamente desativada. Sua revista de divulgação, “América Latina”, originalmente trimestral, cobriu num único exemplar os anos de 1973, 74 e 75 e do ano de 1976 saiu a público apenas agora em 1978.

Centro de Documentação sobre a América Latina (CEDAL). Foi criado em 1973 como órgão vinculado à Coordenadoria de Atividades Culturais (CODAC) da Universidade de São Paulo e destina-se a promover documentação, estudos e informação científica sobre a América Latina, usando biblioteca, documentação, conferências, seminários e publicações como meios para a realização de seus objetivos. As atenções do CEDAL abrangem áreas tão amplas como as de Economia, Sociologia, Direito, Ciências da Terra, História e Ciência Política, Letras e Cultura. O CEDAL pretende fornecer documentação bibliográfica e científica a interessados, como receber, para estágio, estudiosos estrangeiros que tenham planos de pesquisa sobre a

América Latina. Este Centro, no entanto, ainda não alcançou maturidade, não tendo superado a fase de implantação.

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. Dedicase a estudos da realidade amazônica, mas com uma abrangência maior, isto é, englobando todos os demais países da região. Este Centro tem bolsistas do Peru, Venezuela, Equador entre outros países e se constitui numa frente cultural da expansão brasileira na região.

Além disso, os Cursos de História nas Faculdades de Filosofia examinam a realidade latino-americana de forma precária. A cadeira de História da América tem, em geral, a duração de quatro semestres. Via de regra os alunos examinam em rápidas pinceladas a América Pré-colombiana e Colonial (freqüentemente apenas as Guerras de Conquista), algo das Guerras de Independência e a evolução histórica dos E.U.A. A América Latina contemporânea dificilmente será estudada. Mesmo em termos de Pós-Graduação, em todo o Brasil, há apenas dois pólos em que aparece a temática latino-americana: a Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre com estudos vinculados a um conceito de Civilização Ibérica e em Brasília com a ênfase posta em História Diplomática. Segundo o professor Carlos Guilherme Mota: “Os grandes problemas e temas contemporâneos ficam, na melhor das hipóteses, soterrados sob uma grande quantidade de trabalhos, inspirados na maior parte por um empirismo rústico, cultivado tanto na universidade como fora dela. Este empirismo inibe o pesquisador/docente para o debate crítico com seus orientados cada vez mais entorpecidos pelos poderosos princípios da cultura de massa. Tal entorpecimento explica o baixo movimento editorial, ficando preteridos grandes temas como dependência, estratificação e estruturas sociais na América Latina, relações de raça e classe discutidas em perspectiva histórica, processos de formação de consciência de classe, o problema da existência de um modo de produção colonial, modelos de explicação dos movimentos sociais na história da América Latina.” (16)

Fora do campo das Ciências Humanas, no

(16) Comunicação apresentada ao Primer Encuentro de Historiadores Latinoamericanos, na Facultad de Filosofía y Letras, UNAM, 15 a 19/07/1974, reproduzida in *Ciência e Cultura*, São Paulo, 27(5), maio 1975.

entanto, a Escola de Saúde Pública da Universidade de São Paulo é um exemplo de estudo integrado da realidade latino-americana em uma área específica. Esta escola enfatiza as pesquisas e estudos comparativos. Os alunos provenientes de outros países latino-americanos constituem muitas vezes mais de 50% da escola citada. Estes alunos são na sua quase totalidade, médicos, dentistas, engenheiros, veterinários e são, na maioria das vezes bolsistas da Organização Mundial de Saúde. Todavia, este é um exemplo que não abarca os ramos da História, Filosofia e Literatura que são o cerne do CELA da UNAM, nem o campo das ideias integradoras de uma consciência específica latino-americana.

Outra instituição que poderíamos citar aqui e que de alguma forma lembra os CELAS, pelos menos por seu caráter de interdisciplinaridade, é o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), fundado por professores cassados de suas atividades na Universidade de São Paulo. Integrantes do CEBRAP, em termos individuais, têm se dedicado a estudos da realidade latino-americana, ou estão presentes em entidades internacionais como o CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales), FLACSO, no CELADE (Centro Latinoamericano de Demografia), especialmente em seu programa PISPAL (Programa de Investigaciones Sociales sobre Problemas de Población Relevantes para Políticas de Población en América Latina), mas é sempre uma atuação de cunho individual. O CEBRAP como instituição não tem se dedicado ao exame da realidade latino-americana.

Aliás, nesse particular deve-se ressaltar a presença freqüente de brasileiros não só nas instituições acima citadas, como em outras. Esta parece ser uma característica: fora do país os brasileiros são participantes ativos —geralmente são convidados para falar do Brasil no exterior— mas pouco se estuda a América Latina no Brasil.

Praticamente, não há estudos sobre a realidade latino-americana feita no Brasil. Nenhum dos grandes acontecimentos latino-americanos dos últimos anos foi examinado por cientistas sociais brasileiros. Por outro lado, parece que a recíproca também existe: o Brasil é freqüentemente ignorado na Hispano-América, tema que, no entanto, não corresponde ao presente trabalho.

O que avulta então é a necessidade de um empenho por uma integração crescente.

Além disso, nesse particular nota-se no Brasil

um interesse progressivo sobre a América Latina. Este interesse, de tipo individual, no entanto, ainda não se consubstanciou em centros de estudo estruturados. E na origem do crescimento da preocupação pela temática latino-americana está, por certo, a Revolução Cubana. Desde o ponto de vista de intelectuais esta Revolução significa o redescobrimto da América Latina. Antes havia apenas algum conhecimento esporádico da revolução Mexicana. Nesse particular, a Revolução Cubana tem papel idêntico com relação aos estudiosos comprometidos integralmente com a libertação latino-americana e aqueles a serviço da manutenção da ordem imperial. Tem com relação a estes dois tipos de estudo, o mesmo papel de marco divisor. Assim, como ela se constitui na origem dos estudos patrocinados pelas instâncias imperiais que foram obrigadas a conhecerem melhor a realidade latino-americana —afinal, desvia-se evitar uma nova Cuba no Continente e os episódios de 64 no Brasil, são reflexo disso— a recíproca também é verdadeira: a Revolução Cubana foi exemplo para a causa de libertação latino-americana. O impacto causado por ela no Brasil, na época, foi grande, inclusive, Ernesto Guevara recebeu a comenda brasileira mais elevada, a Ordem do Cruzeiro do Sul, em 1961.

Os acontecimentos posteriores de São Domingos, em 1965, o modelo peruano, a presença e queda de Torres na Bolívia e a derrubada de Allende, tão próximos, no tempo e na essência de seu significado, do golpe militar de 64 no Brasil, estão na linha de continuidade do interesse da temática latino-americana no país. O golpe militar de 1964 no Brasil foi nesse sentido um dos acontecimentos mais integrados à realidade latino-americana. A vitória da Revolução Cubana e o fracasso da Aliança para o Progresso estão na raiz da intervenção norte-americana no Brasil naquele momento. A utilização de milhões de dólares para desestabilizar o governo de Goulart, a movimentação da frota norte-americana em direção ao Brasil e o reconhecimento do novo governo por parte de Lindon Johnson antes mesmo de João Goulart haver deixado o território brasileiro são hoje acontecimentos por demais conhecidos.

Se estes fatos vão coincidir com o crescente interesse de tipo individual com relação à América Latina, eles serão também a origem de um corte violento nesta marcha ascensional.

O golpe tem, assim, também o significado de interromper o aumento das possibilidades de in-

teresse pela América Latina para impedir o enlace das preocupações populares brasileiras com as das demais nações latino-americanas. Neste sentido os estudiosos da realidade latino-americana são expulsos, cassados, exilados. Muitos deles, na nova situação, passam a buscar, no exílio, a correspondência continental aos fatos que viveram no Brasil. E o retrocesso cultural que se apoderou do país a partir de então —as questões de cultura passaram a ser tratadas como casos de polícia— e que atingiu basicamente a possibilidade do exame livre da realidade brasileira, alcançou também o livre exame da realidade latino-americana. A ligação latino-americana que o país passava a ter é a do apoio oficial às forças contra-revolucionárias, especialmente, na Bolívia, Chile e Uruguai, enquanto que o contato do livre debate de idéias era violentamente cortado.

Sem embargo, hoje a crise do regime autoritário salta aos olhos. A inflação e a dívida externa estreitam cada vez mais sua área de manobra. As rachaduras do arcabouço institucional se alargam e as bases de sustentação social escasseiam sobremodo.

A grande burguesia industrial está dividida entre dois setores com posições claramente divergentes, ao passo que a pequena burguesia proprietária já foi, superada em importância pela pequena burguesia assalariada, muito mais próxima do operariado. Também no campo, onde tradicionalmente predominava o campesinato, a supremacia numérica hoje é a do proletariado rural. E o movimento operário emerge com capacidade de organização invulgar, atraindo, inclusive, amplos setores de trabalhadores de classe média e de um sub-proletariado em crescimento. E a própria desagregação militar é um fato que já não se pode mais esconder.

Teotônio dos Santos vê assim este processo: "... as camadas da burguesia duramente afetadas pelo processo de concentração econômica, monopolização e desnacionalização da economia, se vêem atraídas pelo movimento popular. Ou, pelo menos, perdem suas aspirações de hegemonia política e ideológica, protegendo-se com uma crítica econômica cada vez mais sem perspectiva diante do atual estado de coisas. Em tal ambiente social, é possível entender que na América Latina se esteja desenvolvendo, no momento atual, uma série de acontecimentos que formam o ponto de

partida de uma nova onda de lutas populares de grande porte histórico." (17)

A correspondência desse processo no plano cultural será, então, a de importantes deslocamentos ideológicos.

O conseqüente isolamento e desamparo do regime numa situação de clara degenerescência política confronta-se, assim, com a rebelião democrática que se avoluma. É claro que o regime tenta perpetuar-se propondo reformas no secundário para manter o essencial, procurando, como o fez nas recentes eleições parlamentares de 15 de novembro, impedir de todas as maneiras a vitória da oposição, chegando até mesmo a afirmar ser a ditadura incompatível com a vida política brasileira (18). É evidente que o povo brasileiro também pensa assim. Por isso votou —nos Estados onde o voto realmente vale e tem um significado— maciçamente na oposição, o que levou importante revista semanal a colocar como sua manchete de página inteira: "O Brasil está na oposição" (19).

É claro que esta posição do regime —a de "abrir válvulas de escape", de propor reformas parciais e limitadas para manter-se intacto no essencial— vem precedida de pressões internacionais bem precisas. Teotônio dos Santos caracteriza assim a situação: "O governo norte-americano deve procurar uma política conciliadora, que evite situações de crise política aguda, procurar esquemas políticos com um mínimo de legitimidade popular, que impeçam explosões revolucionárias incontrolláveis. Decorre daí a pressão para que as atuais ditaduras militares procurem fórmulas de acomodação a esta situação, propondo esquemas de liberação progressiva que permitam desafogar a crise política em que vivem os regimes fortes, sem perder o controle político da situação." (20)

O próprio governo Carter, necessitado de instrumentos morais para readquirir, a nível interno, a confiança popular, abalada com os episódios do Vietnã e Watergate, bem como, a nível externo, para comparecer a negociações com a URSS e o bloco socialista europeu, desfraldou a

(17) Santos, T., Revista "Versus", São Paulo, nº 21, maio/junho 1978, p. 23.

(18) "Desde o início tenho dito que um país como o nosso não pode ser governado sob um sistema ditatorial." General Ernesto Geisel, Discurso em Foz do Iguaçu, in "Jornal do Brasil", Rio de Janeiro, 21/10/78, p. 3.

(19) Revista "Isto é", São Paulo, nº 100, 22/11/78.

(20) Santos, T., op. cit., p. 21.

bandeira dos Direitos Humanos e em seu nome exerce pressão sobre os regimes militares latino-americanos. Este ponto de vista imperial foi também expresso com lucidez pelo senador Edward Kennedy em recente entrevista: "A América Latina tem atualmente uma dívida externa conjunta de 80 bilhões de dólares e 90% dos empréstimos que seus países conseguem são usados para pagar dívidas antigas. O que isso prova é que a longa noite das ditaduras na América Latina não melhorou —ao contrário, piorou— os problemas sociais e econômicos básicos." (21)

Depois desta constatação não deixou de dar seu prognóstico traçando os passos seguintes: "O destino dos E.U.A. está entrelaçado com o destino do povo da América Latina. (...) Devemos nos aliar com o povo e não com os ditadores ou com as forças da repressão. Além disso sabemos que a democracia está chegando e queremos ser lembrados como os que se uniram às forças da liberdade na América Latina quando elas mais precisavam do nosso apoio." (22)

Ainda recentemente, a partir de 16 de novembro, sob o patrocínio do "The Chicago Council on Foreign Relations" realizou-se no luxuoso Othon Palace Hotel de Salvador, Bahia, a Conferência do Atlântico. Classificada de "top secret", duas dezenas de agentes de segurança protegiam os participantes, entre os quais estavam ministros das Finanças latino-americanos, parlamentares americanos e italianos, representantes da França, Inglaterra, Portugal, Venezuela, ministros e tecnocratas brasileiros (como o ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, o da Secretaria de Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, Marcus Vianna do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico—BNDE). Discutiram-se, secretamente, "os caminhos futuros dos governos militares autoritários da América Latina e suas bases de sustentação econômica." (23) O documento base —também secreto e escrito em inglês, com 24 laudas— era de autoria dos brasileiros Celso Lafer e Wanderley Guilherme dos Santos. No documento os citados cientistas políticos "analisam o futuro político de países latino-americanos, que, como o Brasil, já iniciaram um irre-

versível processo de 'descompressão política.'" (24)

Assim, o intento do regime conservar-se, dentro de um ordenamento traçado a nível global pelo próprio sistema capitalista mundial, levou diversos comentaristas políticos a referirem-se a um conceito de "mexicanização" do regime brasileiro, conceito que o General Hugo Abreu, ex-chefe da Casa Militar do governo Geisel utilizou na sua recente "Carta aos Generais": "Inicialmente, trata-se de enfrentar o grupo palaciano (...) que tanto mal pode fazer ao Brasil. Que pretendem eles? Tendo conseguido dominar o governo atual, pretendem simplesmente perpetuar-se no poder. A imposição do nome de Figueiredo visa a colocar na chefia da máquina do Estado um elemento que esperam poder dominar com facilidade, por comprometido que está com todas as manobras pouco dignas utilizadas para que seu nome pudesse ser submissamente aceito. Com os 6 anos de mandato impostos pelo 'pacote' de abril, pensam conseguir montar uma tal máquina de intimidação, de corrupção e de domínio, que nada poderá antepor-se-lhes no futuro. Seria a realização de seu decantado sonho de 'mexicanização' do Brasil." (25)

O uso deste conceito —se é que é conceito— revela relativa ignorância do assunto. Fazem-se comparações apressadas em torno do partido único —o nome Partido Revolucionário Institucional (PRI) causa espécie e sua eficácia inveja aos detentores do poder— e jamais qualquer referência aos eventos revolucionários anteriores, no caso mexicano. As vezes percebe-se até mesmo a total ignorância da existência das duas vertentes básicas —a camponesa e a burguesa— da Revolução Mexicana (26).

Este intento de auto-preservação do regime, no entanto, já é consequência da crise geral do sistema e do espaço político que as forças democráticas conquistaram.

Assim, a temática latino-americana passa a ter um novo significado, tanto pelo interesse popular quanto pelo dos intelectuais comprometidos com a luta democrática.

(24) Idem, *ibidem*.

(25) "Abreu faz denúncias", in "O Estado de São Paulo", 01/10/78, p. 6.

(26) O analista político Villas Boas Correia ao falar na "mexicanização" do regime brasileiro não deixa de exclamar: —"Arriba Zapata! Viva México!" In: Revista "Isto é", São Paulo, nº 16, 13/04/77, p. 3.

(21) "O Brasil e a Democracia", Revista "Veja", São Paulo, nº 530, 01/11/78, p. 5.

(22) Idem, p. 4-5.

(23) Revista "Veja", São Paulo, 22/11/78, p. 148.

Em suma, num país onde os nomes Juarez e Bolívar são popularíssimos, a identificação com o restante do continente latino-americano continua sendo um fato que os 15 anos de regime autocrático não conseguiram apagar. A comprovação está posta no interesse despertado pela realização atualmente (de 04/11 a 17/12), em São Paulo, da Bial de Arte Latino-americana com a participação de 13 países. Simultaneamente à Bial estão sendo realizados simpósios e apresentadas teses (no total de 17) em que predomina a preocupação dos artistas com os rumos da cultura num continente dependente.

Na recente Segunda Mostra Internacional de Cinema realizada no Museu de Arte de São Paulo (MASP) as películas latino-americanas tiveram, extraordinária afluência de público e “A Última Ceia”, de Cuba, obteve o primeiro lugar por indicação de júri popular.

As livrarias brasileiras revelam também, especialmente de dois anos para cá, um aumento considerável dos livros com temas latino-americanos. Neste particular, deve-se ressaltar o aparecimento recente dos dois maiores “best-sellers” na literatura brasileira dos últimos anos. Referimo-nos a Fernando Morais, “A Ilha” (Um repórter brasileiro no país de Fidel Castro), Editora Alfa Omega, São Paulo, em 15ª edição, com 87.000 exemplares vendidos e Ignácio de Loyola Brandão, “Cuba de Fidel” (Viagem à Ilha Proibida), Livraria Cultura Editora, São Paulo. Este último livro desde que foi lançado há três meses é o livro mais vendido no Brasil. Encontra-se agora na 3ª edição com... 19.000 exemplares vendidos.

A etapa de luta democrática emergente vai, no entanto, encontrar o que o professor Carlos Guilherme Mota chamou de “sufocado modelo de exclusão cultural montado lenta e gradualmente nos anos 70” (27). Este modelo é assim caracterizado pelo historiador citado: “Nessa fase incipientes educacionais tipo MEC-USAID, por exemplo, entram portas adentro, destruindo as incipientes linhas de trabalho que vinham se estruturando: a universidade de Brasília, a experiência de alfabetização de Paulo Freire e os ensaios de ação cultural, as Faculdades de Filosofia como núcleos de organização universitária, etc. O modelo,

neo-capitalista e periférico, procura deitar raízes profundas tentando cooptar até mesmo intelectuais radicais. No plano das Ciências Humanas, por exemplo, os ‘social studies’ ensaiaram substituir nos anos 70 o potencial crítico das antigas disciplinas do homem (Sociologia, História, Geografia, etc.) no ensino do 2º grau e no ensino superior.” (28)

Assim, a etapa de luta democrática em andamento vem acompanhada de um processo consistente de reversão cultural, hoje, um desafio que as forças democráticas deverão superar. Já se percebem em algumas faculdades, cursos sobre América Latina. Concretamente, as perspectivas são de um curso sobre Cuba que está previsto para 1979, na PUC de São Paulo; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Porto Alegre, no semestre que vem haverá um curso sobre o Estado na América Latina e nas Universidades de Caxias do Sul (UCS) e do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), também no Rio Grande do Sul, são dados, anualmente, cursos de pós-graduação sobre a América Latina no século XX em que se examinam entre outros assuntos a Revolução Mexicana, os projetos nacional-reformistas, até a Revolução Cubana e a queda de Allende no Chile. São intentos isolados, que ainda não se estruturaram em instituições específicas. Num país em que não há universidades autônomas, como a do México, e onde até agora inexistem condições de investigação, esta é uma tarefa nada fácil.

A organização por parte de um grupo independente encontra dificuldades quanto ao centro financiador, pois estes estudos não seriam facilmente vendidos.

Entretando, novas possibilidades surgirão, por certo, no caminho da queda do regime autoritário e no bojo da luta democrática em ascensão.

Configurar-se-ão, assim condições de criação de CELAS em universidades ou fora delas. Carlos Guilherme Mota prevê: “Não será (...) absurdo que nos anos 80 se estabeleçam novos núcleos de ensino e pesquisa, ao lado de universidades, que não conseguiram se libertar do burocratismo atávico, a exemplo da Escola Prática de Altos Estudos (Paris) ou do Colégio de México.” (29)

Certamente nesse momento, o CELA da

(27) Mota, C.G. — “Uma cultura de partidos”, in Revista “Veja”, *Receita Brasil*, 01/11/78, p. 178.

(28) Idem, *ibidem*.

(29) Idem, *ibidem*.

UNAM, por seu caráter pioneiro de estudos no campo das idéias na América Latina, pela aglutinação destas experiências em diferentes nações, bem como pela ampla visão que anima os seus dirigentes, tem, nesse particular, um "know how" que não possuímos no Brasil e do qual estamos sobremodo necessitados.

A aurora que se avizinha para a América Latina será fruto de uma construção que não prescindirá das importantes tarefas reservadas aos

estudiosos de sua realidade.

Para que o sol que virá brilhe com crescente luminosidade há, no plano cultural e no campo das idéias na América Latina, um papel importante reservado aos Centros de Estudos Latino-americanos. Já podemos imaginar o dia em que este sol brilhe intensamente numa América Latina integrada e se possa dizer: os Centros de Estudos Latino-americanos cumpriram —e cumprem! — um papel específico da máxima importância.